

A RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE E IGUALDADE: UM OLHAR SOBRE A DEMOCRACIA NA AMÉRICA

Elilson Carneiro da SILVA¹

Liberdade e igualdade. Esses são dois temas fundamentais e recorrentes da Ciência e da Filosofia Política que marcam a discussão sobre a democracia. Tratados desde a Antigüidade e discutidos pelos jusnaturalistas e contratualistas, tais assuntos são recuperados criticamente no século XIX. Uma das análises mais perspicazes da relação entre liberdade e igualdade foi empreendida por **Alexis de Tocqueville**, no clássico “A Democracia na América”, publicado originalmente em 1835 e 1840, em dois volumes.

Tocqueville, aristocrata francês, via como inevitável o progresso da igualdade, que parecia, segundo sua famosa expressão, comandado pela própria Providência Divina; portanto, um fato universal, imune à interferência humana.

Para Tocqueville, igualdade e democracia eram quase sinônimos. Tocqueville julgava ser necessário aprender a conviver com a democracia, que seria o regime político do futuro; o autor apresentava-a como um processo de caráter universal e inevitável. Dentro da própria França, a Revolução de 1830 convenceria Tocqueville de que todo o espírito de sua época tendia para uma condição mais igualitária e democrática. A preocupação de Tocqueville era, portanto, descobrir as debilidades e os potenciais desse movimento que prometia desempenhar papel dominante no futuro. Buscava, então, instruções que pudesse aplicar em sua França natal. Assim, o autor buscou na “América” a imagem da própria democracia.

É com este intuito que Tocqueville realiza um trabalho empírico percorrendo os Estados Unidos (a América do título) em 1830, onde ocorria um processo de igualização crescente. Com relação ao método, Tocqueville analisa e organiza as categorias que retira do real para a criação de seus conceitos.

Tocqueville procura explicar o desenvolvimento sociopolítico da democracia americana, tratando do impacto daquilo que designava ser o **governo da maioria** sobre a estrutura e dinâmica da sociedade americana, sobre a maneira como os americanos pensam, sentem e agem.

¹ Doutorando em Ciência Política. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. UNESP - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - elilsoncarneiro@yahoo.com.br

A “América”, para Tocqueville, foi a nação onde a democracia teve seu desenvolvimento mais pacífico, natural e completo, o que, para o autor, tem duas causas: 1) os emigrantes que a colonizaram no começo do século dezessete não tinham noção de superioridade em relação aos outros e 2) a terra foi naturalmente dividida em pequenas porções, as quais o proprietário cultivava para si mesmo. Era, portanto, uma sociedade que não continha senhores nem povo, nem ricos e nem pobres. Dessa forma, a democracia foi capaz de se espalhar em perfeita liberdade e em paz, com excepcionais condições para seu desenvolvimento. Portanto, os americanos tiveram a seu favor as circunstâncias de nascimento, já que seus antepassados importaram a igualdade de condição e de intelecto, de onde se originou muito naturalmente a república democrática.

Foi em meio à fermentação inicial da democracia e da igualdade, que Alexis de Tocqueville fez sua viagem pelos Estados Unidos e, segundo o autor, as características mais notáveis desse país eram a soberania absoluta do povo e sua igualdade geral de condição, e o princípio da soberania do povo era reconhecido pelos costumes e proclamado pelas leis. Para Tocqueville, a nação participava da confecção das leis pela escolha de seus legisladores, e na execução das mesmas pela escolha dos agentes do governo; quase podia dizer-se que governava a si própria. O povo, para o autor, reinava absoluto, e era o verdadeiro poder dirigente, embora a forma de governo fosse representativa.

Todavia, Tocqueville verifica também os perigos da democracia e assinala como características deste regime a uniformidade, conformidade e uma igualdade monótona. Tudo ameaça tornar-se tão igual, que as características peculiares de cada indivíduo estarão completamente desaparecidas no aspecto geral do mundo. Tocqueville enxerga uma multidão inumerável composta de seres parecidos, ao que chama “espetáculo da uniformidade universal”.

Segundo o autor, à medida que aumenta a igualdade de condição, aumenta também o individualismo nos países democráticos. Nas épocas de igualdade, cada homem está, naturalmente, sozinho, havendo apenas uma autoridade e nada além para que se possa apelar. Para Tocqueville, isto era preocupante, pois o governo faz-se quase onipotente, e as pessoas estão caindo até o mais baixo nível de fraqueza e dependência.

Outra tendência, particularmente perigosa, apontada pelo autor entre as nações democráticas, é a que as leva a desprezar e subestimar os direitos das pessoas em particular. Os direitos das pessoas físicas nas nações democráticas são ordinariamente de pequena importância. A consequência é que esses são muitas vezes sacrificados.

Segundo Tocqueville, as nações democráticas nutrem um amor muito mais ardente e duradouro pela igualdade do que pela liberdade, podendo suportar a pobreza, a servidão, o barbarismo, mas não a aristocracia. Por este motivo, Tocqueville via no desenvolvimento democrático dos povos dois grandes perigos: 1) o aparecimento de uma tirania da maioria e 2) o surgimento de um Estado autoritário-despótico.

Para Tocqueville, o mais extremo perigo da democracia é a subversão da liberdade pela tirania da maioria. A democracia torna impossível a um homem ou a alguns homens oprimirem os muitos. Mas torna igualmente impossível que qualquer homem seja livre da opressão dos muitos. Por consequência, a maioria democrática pode tornar-se a tirania maior e mais absoluta de todas, de forma que o povo passe a agir contra as minorias. Essa é uma grande ameaça à liberdade oferecida pelo governo da maioria que preocupava especialmente Tocqueville. Segundo ele, as principais ameaças à liberdade no mundo contemporâneo estão relacionadas com exigências por igualdade.

Para o autor, é mais fácil estabelecer um governo absoluto e despótico no seio de um povo cujas condições da sociedade sejam iguais, do que em quaisquer outros. Conforme Tocqueville, cada vez mais os americanos estavam subordinando suas liberdades ao seu novo respeito, ou temor, pela maioria - a grande e imponente imagem do povo em geral. A igualdade e a democracia, longe de caminhar de mãos dadas com a liberdade e a independência, havia, no nome sagrado da maioria, erguido uma tirania opressora e poderosa sobre a mente dos homens: **a tirania da maioria**, tema fundamental do livro. Assim, para o autor, o mal principal das instituições democráticas dos Estados Unidos não resulta de sua fraqueza, mas de sua força irresistível.

O autor chamará a atenção, ainda, para o perigo de que as nações democráticas sejam mais suscetíveis de cair sob o jugo de uma administração centralizada por diversas razões, sendo a principal a tendência constante de concentrar toda a força do governo nas mãos do único poder que representa o povo. Para o autor, na medida em que se dedicam com seus afazeres enriquecedores, as pessoas vão abandonando o interesse pelas coisas públicas. Dessa forma, o Estado tende a decidir tudo sozinho sobre os assuntos públicos, e aos poucos intervir nas liberdades fundamentais, podendo surgir aí um germe de autoritarismo, tirania e despotismo.

Tocqueville apontará, além disso, o poder exercido pela maioria sobre a opinião. A maioria possui, ao mesmo tempo, um poder físico e moral. A liberdade de espírito existe enquanto a maioria soberana não decidir seu curso. Mas, quando a maioria tiver tomado uma decisão, deve então cessar todo o pensamento contrário, não sob risco de morte ou punição física, mas antes da dor mais sutil e intolerável, a do ostracismo.

Considerando a liberdade como a condição mais cara e necessária para a existência humana, o autor procura soluções para a questão política fundamental: como fazer coexistir a igualdade com a liberdade, a liberdade com a democracia. Para Tocqueville, é necessário e desejável que o governo dos povos democráticos seja ativo e poderoso, e seu objetivo não é torná-lo fraco ou indolente, mas unicamente impedir que abuse de sua capacidade e de sua força. Tocqueville afirma que o mundo político sofreu uma metamorfose, portanto, novos remédios devem ser descobertos para novos problemas, ou seja, devem ser estabelecidos limites à ação dos governos; conferidos direitos às pessoas físicas; habilitar o homem individual a manter independência.

O autor aponta os instrumentos que o homem livre pode estabelecer para preservar suas liberdades e independência contra a tirania da maioria: uma imprensa independente, com a qual o indivíduo possa apelar à nação inteira; a descentralização administrativa, que diminuirá a autoridade absoluta; um judiciário, constituições e leis que visem garantir a manutenção das liberdades fundamentais e, principalmente a ação política dos cidadãos e sua participação nos negócios públicos, que pode ser incentivada por meio da organização de associações políticas.

No que se refere à multiplicidade de associações públicas, cabe ressaltar que este foi um aspecto da América que Tocqueville apontou como excepcionalmente significativo. Em país algum do mundo se utilizou com tamanho sucesso este princípio, e se aplicou o mesmo a maior número de objetivos. Segundo o autor, a liberdade de associação tornou-se uma garantia necessária contra a tirania da maioria. Não há países que necessitem mais de associações para evitar o despotismo do que os democraticamente constituídos, já que nessas nações todos os cidadãos são independentes e fracos. Assim, as associações devem ocupar o lugar daqueles indivíduos poderosos que a igualdade de condições fez desaparecer.

No que se refere ao tema das revoluções, que marcava a literatura marxista, Tocqueville dirá que estas se tornarão cada vez mais raras, já que são feitas para acabar com desigualdades gigantes. Para o autor, a estrutura de classe dos americanos se caracteriza pela fluidez e não pela estratificação. Sem que sejam exatamente ricos ou pobres, a maioria dos homens possui propriedade suficiente para que deseje a manutenção da ordem.

Finaliza o livro num clima nostálgico, com temores e esperanças, afirmando que as nações de nosso tempo não podem evitar que as condições dos homens se tornem iguais, mas depende delas que a igualdade os conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou à miséria. Pode-se escolher um caminho mais sensato, o da liberdade e da democracia.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

Referência

QUIRINO, Célia Nunes Galvão. **Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade: uma análise do pensamento político de Aléxis de Tocqueville**. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.